

O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA PRÁTICA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA INOVADORA

CEZÁRIO, Maria Angélica
mangelicacezario@gmail.com¹

RESUMO

O escopo desse texto trata-se de um relato experiência de ensino na formação didático-pedagógica de professores realizados no ano de 2013 do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). O pacto foi um programa desenvolvido pelo Ministério da Educação, em parceria com as universidades do Brasil, para formar professores em suas práticas didáticas no ciclo de alfabetização com duração de três anos. Em Goiânia, as formações do pacto foram promovidas pela Universidade Federal de Goiás aos orientadores de estudo e, por meio deles, a extensão das discussões aos professores cursistas em uma formação triangular. Foi organizado em uma estrutura de oitenta horas, divididas ao longo de oito meses, com encontros mensais ou quinzenais e um seminário final para a divulgação de resultados e práticas pedagógicas. Ao final, foi percebido que as práticas dos professores foram enriquecidas, visto que tiveram contato com materiais diferenciados, percepção da importância da sistematização dos procedimentos didáticos em sala de aula para que as crianças pudessem ser alfabetizadas dentro do ciclo de alfabetização. O pacto também oportunizou reflexões a respeito dos Direitos de Aprendizagens a ser conquistados pelas crianças dentro de cada etapa do ciclo. Esses direitos de aprendizagem orientam a prática didática do professor evitando espontaneísmos, fazendo com que o ensino e aprendizagem seja algo previsto, planejado, sistematizado e analisado. No decorrer dos estudos, os professores avaliavam as atividades com os alunos, analisavam os resultados e traziam para as formações os sucessos e pontos de reflexão da prática docente; inclusive sobre as limitações da estrutura física e de trabalho das instituições. Ao avaliar os alunos, também avaliavam sua prática didático-pedagógica.

Palavras chave: Alfabetização. Formação de Professores. Didática.

JUSTIFICATIVA

Na sociedade atual, a figura do professor é importante, seja no processo de educação inicial e final, sistematizando os saberes e organizando o ensino. Frente a uma sociedade em mudança, a imagem do professor torna-se complexa, que deve ser permanentemente atualizada para lidar com os desafios da sala de aula e da sociedade.

¹ Graduada em Pedagogia pela UEG, Mestre em Educação pela PUC GO, orientadora de estudos e bolsista do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Na trajetória histórica, diversas maneiras de formar professores para uma prática didático-pedagógica inovadora foram realizadas, e por meio dessas ações as primeiras políticas de formação de professores foram se estabelecendo. Inicialmente, a formação inicial em Pedagogia era suficiente para preparar os docentes para o desafio da sala de aula. No século XX, houve o reconhecimento da necessidade de continuar esse professor para aprimoramento da atividade docente, ou seja, formação contínua (BRASIL, 2012).

Com vistas a este movimento, até os dias atuais vem se estabelecendo a necessidade de transcender a formação inicial. Os desafios de atualizar os procedimentos didáticos, para atender os diferentes alunos, são importantes na medida em que favorece ao professor a inovação pedagógica e reflexão sobre suas práticas.

OBJETIVOS

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído em 2012, pela portaria número 867, de 4 de julho de 2012, reafirma a necessidade de formar professores e alfabetizar as crianças até oito anos de idade, conforme o decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007. Frutos de discussões e parcerias em pesquisas realizadas por universidades brasileiras, o pacto vem trazer elementos essenciais na alfabetização das crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Segundo o art. 5º, objetiva-se com o Pacto Nacional pela Idade Certa (PNAIC):

- I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;
- II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica; III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores;
- V - construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental.

Com vistas à alfabetização das crianças dentro do tempo adequado, neste documento, destaca-se a necessidade de alfabetizar as crianças em língua portuguesa, a avaliação anual das crianças que finalizarem o ciclo de alfabetização e o auxílio aos municípios, estados e Distrito Federal que se integrarem ao pacto. Os professores, então, frente a esta tarefa,

receberam formação para terem os subsídios necessários para favorecer aprendizagens dentro de um espaço pedagógico.

CONCEITOS E PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Vale a pena recordar que a necessidade contínua de formação de professores, com vistas o aprimoramento profissional, é importante para a garantia de aprendizagens aos alunos. Na formação inicial, o estudante ainda não é um professor, embora muitos já atuem na carreira docente antes de serem licenciados, e assumem um papel de aprendiz de sua futura profissão. Na formação continuada, o professor é atuante e também aprendiz, visto que quando atua como professor aprende com sua prática e a renova conforme as necessidades da atualidade (BRASIL, 2012).

É necessário ter atenção para com a formação continuada, pois a jornada docente é tarefa complexa e por vezes o profissional resiste às mudanças. Muitos são os conhecimentos dos professores, muitas são suas realidades,

[...], pois trabalhar com os profissionais em serviço é, sobretudo, administrar diferentes saberes e procedimentos que os levem a um novo pensar e fazer a partir de diferentes processos, considerando os percursos individuais e sociais (BRASIL, 2012, p. 12).

Para atingir tais fins, o pacto desenvolveu uma estrutura articulada junto à universidade, a qual ofereceu formação aos orientadores de estudo e estes aos professores para a atuação na sala de aula. No caso do Estado de Goiás, a Universidade Federal de Goiás (UFG) assumiu o compromisso de realizar tais formações durante o ano de 2013.

A Universidade Federal de Goiás (UFG) possibilitou, com base na produção acadêmica de pesquisas organizadas nos cadernos de formação, que o professor formador tivesse acesso a este conhecimento formasse o orientador de estudos para atuar na sala de aula com os professores. Essa formação em cadeia objetivou que as discussões e resultados da formação triangular chegasse em sala de aula, inovando a prática didática dos professores.

O curso foi organizado com uma carga horária de oitenta horas, distribuídos em dez horas ou doze horas de estudos para cada caderno. Para as formações, os professores receberam oito cadernos em alfabetização em linguagem, e, ao final das formações e estudos, um seminário de encerramento de oito horas era realizado.

Cada ano do ciclo de alfabetização recebeu um caderno específico, com o detalhamento do trabalho didático-pedagógico a ser realizado com os alunos na sala de aula. Ao final de cada caderno, os Direitos de Aprendizagem, configurando um currículo de base comum, apontava as aprendizagens que deveriam ser atingidas com as crianças no processo de alfabetização. Dessa forma, um novo ganho na concepção de alfabetização em relação a concepção da alfabetização ser cíclica, e não apenas seriada.

O ciclo de três anos é um tempo necessário para que a gestão imprima uma sistematização, uma regularidade de rotina para as aprendizagens da leitura e da escrita e assegure todas as condições para que isso ocorra. Nesse tempo, a criança deverá: apropriar-se do processo inicial da aquisição da leitura, ou seja, do domínio do código; criar correspondências inteligentes entre as letras e as raízes da língua; dominar a morfologia das palavras; dominar a correspondência grafemas/fonemas (RAMOS, 2013, p. 5-6).

Frente a tal desafio de alfabetizar as crianças no ciclo de alfabetização, as instituições de ensino receberam caixas com jogos didáticos de alfabetização para trabalhar com os alunos objetivando alargar as aprendizagens. Uma caixa para cada classe de alfabetização foi enviada, junto com livros para compor bibliotecas na sala de aula no intuito de favorecer essa sistematização didática dos conteúdos e refletir sobre o Sistema de Escrita Alfabética.

As formações aconteciam mensalmente ou quinzenalmente, contempladas em uma carga horária mensal de oito horas. Os professores cursistas, os orientadores de estudo e os professores formadores recebiam bolsas mensais para atuarem no pacto, enquanto as formações aconteciam. Foram contabilizadas de dez a onze bolsas anuais para os envolvidos.

Nesse processo de formação de professores para a prática didático-pedagógica na sala de aula, ações para endossar os conhecimentos docentes foram realizadas no planejamento do professor orientador. As leituras de lazer, as quais aconteciam sempre antes dos estudos, alargavam as possibilidades de ampliação de saberes e o prazer da leitura.

As tarefas de casa selecionadas aos professores, também, tiveram o objetivo de ampliar o conhecimento teórico, com textos científicos, sugerir estratégias de avaliação e quadro de acompanhamento das aprendizagens dos alunos e estudo do material didático enviado às escolas. Essas ações ampliavam os trabalhos em grupos com os professores nos estudos dirigidos, exposição dos procedimentos didáticos realizados, debate sobre os vídeos sugeridos nas formações, dentre outros procedimentos.

Ao levantar questões-problema por meio dos procedimentos supracitados, o professor tinha a possibilidade de rever sua prática didático-pedagógica e visitar situações de sua sala de aula e compartilhar saberes com os demais cursistas da turma. As avaliações realizadas

com os alunos também foram materiais de discussão e reflexões de possíveis intervenções pedagógicas poderiam ser feitas.

Vale ressaltar que, segundo o relato dos professores, um dos empecilhos para a efetivação das discussões do pacto aconteceu devido a falta de estrutura das escolas, visto que os assuntos que o material abordava eram vastos, mas que por dificuldades de estrutura física e de trabalho nas instituições acabavam se tornando limitados. A quantidade de alunos por sala também é fator que impediu as crianças de serem avaliadas e recebessem as mediações necessárias, visto que o professor, atuando sozinho, não conseguiu atender a demanda solicitada.

CONCLUSÃO

A discussão sobre a formação de professores em uma perspectiva didático-pedagógica transformadora mostrou novas perspectivas com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Com o objetivo de ampliar as possibilidades de atuação docente na sala de aula, o pacto colaborou com recursos e reflexões diferenciadas no que se refere a alfabetização das crianças dentro do ciclo de alfabetização.

Vale a pena ressaltar que a formação de professores para uma prática didático-pedagógica transformadora não é tarefa fácil, exigindo recursos adequados, formação continuada e valorização docente. O tempo destinado também à formação prepara para a atuação didática e análise dos dados é escasso, dificultando, assim, a efetivação de tudo o que os pressupostos teóricos e reflexivos têm a oferecer.

Neste sentido, o pacto colaborou para que os professores pensassem nos procedimentos didáticos de forma mais organizada, sistemática, bem como as estratégias de conquistas dos Direitos de Aprendizagens das Crianças como um verdadeiro direito (RAMOS, 2013). Pensar a alfabetização como um ciclo, diante de objetivos a serem alcançados em cada etapa de ensino-aprendizagem, indubitavelmente, acrescentou as práticas didáticas dos professores.

No entanto, os relatos dos professores em relação à falta de estrutura física e condições de trabalho adequadas a efetivação de todas as práticas didático-pedagógicas previstas no pacto impediram sua completa atuação. A falta de espaço adequado para atividades com jogos, o excesso do número de alunos, dentre outros fatores, também, colaboraram para ser um dos limitadores da ação pedagógica do professor; embora as discussões trazidas pelos cadernos forem ricas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação. Brasília: MEC/SEB, 2012a.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização do ensino fundamental**. Disponível em: file:///C:/Users/Admin/Downloads/texto_referencia_consulta_publica_2013_cne.pdf. Acesso em: 23/08/2015.

RAMOS, Luiza Olivia Lacerda. Introdução. In. **O Currículo no Ciclo de alfabetização**. Ano XXIII - Boletim 1 - ABRIL 2013, p. 4-6.